

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	23/06/2018	84cm <sup>2</sup>	Cidades	13

TRIBUNA  
INDEPENDENTE

CIDADES

MACEIÓ - ALAGOAS  
SÁBADO E DOMINGO, 23 E 24 DE JUNHO DE 2018

13

# TJ/AL é último em concessão de medidas protetivas

Dados divulgados pelo CNJ levam em consideração porte de cada tribunal para evitar distorções sobre desempenho

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) está na última colocação entre os Tribunais de Justiça do país a conceder medidas protetivas às mulheres como forma de evitar agressão. Foram 48 em 2017. Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Levantamento foi divulgado nessa sexta-feira (22). O levantamento aponta ainda que em 2016 não houve nenhuma concessão em Alagoas.

No Brasil, o número de medidas protetivas concedidas às mulheres aumentou em 21% em 2017. Foram 236.641 medidas concedidas no ano passado, contra 194 mil, em 2016.

Os estados que registraram maior crescimento, em número de medidas, foram Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. O retrato estatístico faz parte do estudo "O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha 2018", elaborado CNJ.

A publicação do CNJ, leva em consideração o porte do tribunal, para que não haja distorções quando é analisado o desempenho. O levantamento é feito com base nas estatísticas de cada tribunal.

As medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

São decisões judiciais que impõem condutas aos agressores ou protegem as vítimas. O agressor pode ter suspenso seu porte de armas, mas também pode ser proibido de se aproximar ou de manter contato com a pessoa que agride.

O juiz pode ainda determinar a restrição ou a suspensão de visitas do agressor aos filhos menores de 18 anos, por exemplo. Nas medidas pró-vítima, pode-se autorizar a pessoa a deixar o lar ou a ter restituídos bens de sua propriedade.

A maior quantidade de medidas protetivas, 38.664, foram concedidas por magistrados da Justiça gaúcha: equivale dizer que uma em cada seis medidas protetivas foi determinada por um juiz do Tribunal de Justiça do Rio do Sul (TJ/RS). Em termos proporcionais – medidas expedidas em relação à população das unidades da Federação –, o Distrito Federal liderou o indicador, com 7,3 medidas determinadas a cada 1.000 habitantes mulheres: a média nacional é de 2,2 medidas.

## ATENDIMENTO

O estudo "O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha 2018" revelou que houve, entre 2016 e 2017, aumento no número de varas de competência exclusiva para julgar casos de violência doméstica contra a

## BRASIL

No país, o número de medidas protetivas concedidas às mulheres aumentou em 21% em 2017. Foram 236.641 medidas concedidas no ano passado, contra 194 mil, em 2016.

## CRESCIMENTO

Os estados que registraram maior crescimento, em número de medidas, foram Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

mulher – de 109 para 122 no período de um ano.

As unidades judiciárias têm equipes de profissionais de várias áreas especializados em prestar atendimento às vítimas desse tipo de violência. Os especialistas precisam ser das áreas do Serviço Social, da Psicologia, da Medicina, da Pedagogia e das Ciências Sociais, de acordo com a Lei Maria da Penha. O número de equipes exclusivas dessas unidades subiu de 54 para 72 entre 2016 e o ano passado.

## LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar como qualquer prática de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral contra a mulher.